



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. BRÁS DE ALPORTEL

ACTA N.º6/2006

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA TREZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E SEIS.-----

-----Aos treze dias do mês de Dezembro de dois mil e seis, na sala de sessões do edifício dos Paços do Município realizou-se a quinta sessão ordinária deste ano, previamente convocada, contando com a presença dos seguintes elementos: -----

-----José do Carmo Correia Martins, Sónia Costa do Rosário em substituição de Ulisses Saturnino Duarte de Brito, Tomás Manuel Gomes da Costa Nunes, Maria Eugénia Passos Rosa Narra, Josélia Maria Gomes Mestre Gonçalves, Ivo Manuel dos Santos Tomé, João Manuel Rodrigues Guerreiro Grenhas, Renato Edmundo Proença dos Santos, Ilídio da Conceição Viegas, Acácio José Madeira Martins, César Augusto da Conceição, José Manuel da Costa Dantas, Henrique José Machado Nicolau, Norberto Miguel Brito Lopes de Jesus, Paulo Viegas Guerreiro e David José Ventura Gonçalves.-----

-----Estavam ainda presentes os Vereadores Vitor Manuel Martins Guerreiro, Judite Gil Gonçalves Neves, Joaquim Gago Mendoza e Marlene de Sousa Guerreiro. -----

-----Iniciando-se a sessão, o presidente da mesa leu o edital que originou a mesma.

-----Seguidamente leu a correspondência recebida pelo núcleo de apoio da Assembleia, referindo alguns ofícios da associação Nacional de Municípios Portugueses sobre assuntos vários; ofício da Câmara Municipal solicitando indicação das verbas a inscrever no orçamento para este órgão; ofício do Presidente da

Câmara Municipal informando que desde o dia dezassete de Março de dois mil e seis exerce as funções de administrador não executivo da ALGAR , nomeado pela AMAL, bem como continua a exercer as funções de docente do ensino superior equiparado a professor adjunto na Escola Superior de Tecnologia da Universidade do Algarve; ofício da Câmara Municipal remetendo os assuntos que deram origem a esta sessão; pedido de justificação de falta dos elementos desta assembleia à sessão anterior e pedido de justificação de falta do elemento Ulisses Saturnino à presente sessão.-----

-----Ainda no período de antes da Ordem do Dia felicito o elemento Tomás Nunes por ter sido eleito para um órgão regional do Partido Social Democrata, desejando-lhe votos de um bom trabalho. -----

-----Referiu ainda o facto do bom trabalho efectuado pelos professores e demais entidades do concelho que fizeram com que uma das escolas de S. Brás esteja no décimo lugar num ranking nacional. -----

-----Usando da palavra Tomás Nunes agradeceu as felicitações formuladas pelo presidente da mesa, e manifestou em nome da bancada do Partido Social Democrata, a satisfação pelo facto da Escola Secundária José Belchior Viegas se encontrar bem posicionado a nível nacional, o que é motivo de orgulho para todos os sambrasenses. -----

-----Seguidamente referiu o facto do estado lamentável em que se encontram os serviços da Administração Central do Estado – o Cartório Notarial está sem notário há cerca de três anos, contando actualmente com apenas uma funcionária efectiva que dá o seu melhor para que tudo funcione bem; a Conservatória do Registo Comercial, Predial e Civil está sem Conservador há cerca de ano e meio, contando apenas com quatro funcionárias, situação que se irá agravar no primeiro trimestre de dois mil e sete em que o Notário e a Conservatória vão ser apensados, fazendo-se um retrocesso de cerca de vinte anos, quando estes dois serviços funcionavam juntos no rés-do-chão da Câmara Municipal; em relação ao Centro de Saúde consta-se que vai encerrar o Serviço de atendimento permanente passando a ter um serviço que não se sabe como irá funcionar; finalmente o Serviço de Finanças que funciona com o quadro completo, incluindo um Chefe, consta-se que vai fechar e passar para

Loulé. -----

-----Perante tais factos apelou à Assembleia Municipal e Câmara Municipal para que envide esforços junto do Poder Central para que estas situações tenham uma correcção urgente. -----

-----Renato Santos disse que também é uma preocupação sua o facto do eventual encerramento do Serviço de Finanças. -----

-----Apresentou posteriormente a ideia de criação de um Conselho Municipal de Saúde, dado que esta era uma das propostas eleitorais, achando que este seria um útil instrumento de trabalho para colaborar com a Câmara, deixando o assunto à consideração dos restantes membros. -----

-----Finalizando solicitou esclarecimentos acerca da situação do Senhor Presidente da Câmara em relação à sua posição como professor na Universidade, dado que tem sido abordado por alguns munícipes acerca deste assunto, bem como comentários existentes no blog. -----

-----Acrescentou que no anterior mandato era do conhecimento público essa situação até porque conhecia muitas pessoas que eram seus alunos e referiam as suas excelentes qualidades quer como professor, quer como engenheiro. -----

-----O Presidente da mesa referiu que será uma mais valia a criação de um conselho municipal de saúde, até porque tem conhecimento de alguns já existentes e que estão a funcionar muito bem. -----

-----Em relação às incompatibilidades disse que segundo a legislação, os professores universitários não carecem de autorização para exercer a sua profissão, porque não é considerado acumulação de funções. -----

-----Usando da palavra o Presidente da Câmara disse que em relação aos conselhos municipais existem alguns que carecem ser criados, não só o da saúde como o de protecção de crianças e jovens em risco. -----

-----Em relação à incompatibilidade disse que nas primeiras sessões informou da sua situação em relação à sua posição de professor universitário. -----

-----Em relação ao documento a que o blog se refere, este diz respeito aos funcionários da autarquia que tem acumulação de funções, que carecem de autorização, o que não é o seu caso porque não é funcionário. -----

-----Finalizando referiu que sempre deu aulas na Universidade, e de acordo com a lei, fá-lo em regime de voluntariado, a custo zero, sendo esta uma forma de manter o lugar. Em relação à Algar, tal como nas Águas do Algarve, o cargo é rotativo, passando por todos os Presidentes de Câmara. -----

-----Passou-se ao segundo ponto da Ordem de Trabalhos: “**INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO**”, período durante o qual não usaram da palavra quaisquer munícipes. -----

-----Passou-se de seguida ao terceiro ponto da Ordem de Trabalhos: “**APRECIÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL**”.-----

-----Durante este período o Presidente da Câmara fez uma breve explanação das actividades mais relevantes da Câmara que ocorreram no período subsequente à última sessão, informação essa que dispensa a sua transcrição por ficar apenas a esta acta. -----

-----Em relação à construção do edifício da Junta de Freguesia referiu que era intenção executá-la na fábrica do Senhor Louro para que, ao mesmo tempo se requalificasse o espaço exterior do Terminal Rodoviário e aproveitar a continuação da construção da Circular Poente para embelezar aquele espaço. -----

-----No entanto, dadas as dificuldades que têm existido para se conseguirem registar os terrenos, optou-se por elaborar um estudo alternativo, que fica à consideração da Assembleia Municipal que se enquadra no Plano de Urbanização, em terrenos que já são da autarquia, junto ao antigo lagar de azeite, aproveitando-se assim os arruamentos, espaços exteriores, infraestruturas que já estão orçamentados para este ano.-----

-----Caso se obtenha a concordância da Assembleia, levará esta proposta à Câmara Municipal para obter autorização para a desafecção do terreno e dar continuidade a um projecto tão desejado e que, em seu entender ficará com uma localização mais privilegiada do que a anterior. -----

-----Norberto Miguel disse que embora havendo alteração de planos, a fábrica do Senhor Louro carece de uma intervenção urgente porque encontra-se numa zona nobre da Vila e está bastante degradada.-----

-----César Augusto ficou contente pelo facto de se ter arranjado uma solução para a construção da sede da Junta de Freguesia, apelando ao executivo camarário que faça o mesmo esforço e tenha a mesma vontade que demonstrou para a concretização do projecto das piscinas municipais cobertas. -----

-----Respondendo o Presidente da Câmara disse que não se perde o interesse na fábrica do Senhor Bento Louro, até porque está bem localizada, no entanto não se conseguiu até esta data concretizar-se o negócio. -----

-----César Augusto referiu-se aos subsídios atribuídos às várias colectividades e a forma como os mesmos são distribuídos. -----

-----Renato Santos disse que gosta de criticar as coisas quando estão mal mas também sabe reconhecer quando estão bem feitas, referindo-se á actividade apresentada que demonstra um grande trabalho da autarquia. -----

-----Quis saber mais pormenores sobre as slow cities porque acha um projecto magnífico.-----

-----Fez referência aos projectos de valorização do Centro Histórico, nomeadamente a requalificação da Fonte Santa que considera esta parte da vila como a “Alma de S. Brás”. -----

-----Respondendo o Senhor Presidente referiu-se aos subsídios atribuídos extraordinariamente aos bombeiros para as obras de ampliação do quartel; ao Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores da Câmara Municipal e Junta de Freguesia para aquisição de brinquedos na época natalícia; ao Moto clube que apenas solicita subsídio no Natal e na concentração de motas e ao Bike Clube porque inicialmente não havia certeza na realização de uma prova, que finalmente acabou por se realizar. -----

-----Em relação às slow cities disse que é um projecto que envolve as Câmaras e os privados, inculcando-lhes o espírito de qualidade de vida próprio, sem poluição, com qualidade de água, entre outros requisitos. -----

-----Finalizando agradeceu as palavras do elemento Renato Santos. -----

-----Seguidamente passou-se ao quarto ponto da Ordem de Trabalhos. **“SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO”**, tendo o Senhor Presidente da Câmara referido que mais uma vez a receita é superior á despesa o que faz com que a

autarquia se encontre de boa saúde financeira.-----

-----Passou-se ao quinto ponto da Ordem de Trabalhos :”**APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA DOIS MIL E SETE**”.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara fez uma apresentação destes documentos referindo que este ano pela primeira vez foi elaborado um orçamento participativo dando possibilidade à população de participar na elaboração do mesmo.-----

-----Assim foram efectuadas três sessões públicas (Vilarinhos, Alportel, Machados, Mesquita e Salão Nobre) tendo sido preenchidos noventa e oito questionários, apresentadas cento e onze propostas, das quais sessenta e quatro por cento foram aprovadas e trinta e seis por cento foram analisadas e propostas para futuros investimentos; quatro por cento foram resolvidas de imediato, quinze por cento dizem respeito a obras a executar pelos serviços municipais.-----

-----Acrescentou que o valor global do orçamento ronda treze milhões, quatrocentos e doze mil , oitocentos e sessenta e um euros, distribuídos em receitas correntes e de capital, provenientes do Imposto Municipal sobre Imóveis, impostos indirectos, taxas, transferências do Estado e venda de bens e serviços.-----

-----No que respeita a despesa, esta situa-se abaixo da receita o que equilibra o orçamento, sendo a mesma relacionada com despesas com o pessoal, transferências correntes, aquisição de bens e serviços.....-----

-----Seguidamente fez uma breve apresentação em power point onde explicou ao pormenor a distribuição das verbas pelas diversas rubricas.-----

-----Ivo Tomé disse que existem demasiadas verbas em rubricas não específicas, tendo as restantes dúvidas sido esclarecidas aquando da apresentação feita pelo Senhor Presidente.-----

-----Norberto Miguel disse que existem muitas obras que apenas se concretizarão apenas em dois mil e oito, estando previstas nestes documentos pequenas verbas, o que deixa antever que os próximos anos são de grande investimento para o concelho.-----

-----Josélia Gonçalves felicitou o executivo pelo orçamento que apresentou, que lhe parece ser de grande rigor e com grande capacidade de gestão, acompanhado de

grande diversidade. Aproveitou para felicitar o executivo pela iniciativa de elaborar um orçamento participativo, dando assim oportunidade à população de contribuir para a elaboração de documentos tão importantes como são o Orçamento e o Plano de Actividade.-----

-----Finalizando questionou o Senhor Presidente para que este seleccionasse a questão que lhe pareceu mais pertinente e exequível de todas as que foram apresentadas pelos munícipes.-----

-----O Presidente da Câmara disse que existiram duas ou três questões que foram bastante solicitadas e que foram reprogramadas no tempo, ou seja, estavam previstas para dois mil e oito e vão ter início já no próximo ano, destacando a zona envolvente à casa das artes (local onde se realiza semanalmente o mercado) tendo para isso de se sacrificar algumas obras de pavimentação.-----

-----Em relação às obras a executar em dois mil e oito disse que as mesmas são abertas em dois mil e sete, dando-lhe assim continuidade. Referiu-se ainda ao QREN, que pela primeira vez vai ser anualizado, prevendo-se que se lancem os concursos o mais breve possível, porque ao fim de cada ano o que não for gasto retoma para a Comunidade Europeia.-----

-----César Augusto disse que “tira o chapéu” ao Senhor Presidente pela iniciativa de apresentar um orçamento participativo, ou seja, fazer campanha eleitoral a custo zero, ao contrário daquilo que é hábito fazer-se antes das eleições em que é preciso pagar a um artista e tentar convencer as pessoas daquilo que se pretende fazer.-----

-----Em termos práticos parece-lhe que os resultados não foram tão proveitosos, até porque as obras que foram solicitadas não eram grandes obras e em geral eram todas do conhecimento do Senhor Presidente.-----

-----Em relação ao desenvolvimento económico não vê criadas condições para que a população trabalhe no seu município e tenha de se deslocar para fora tirando-lhe alguma qualidade de vida.-----

-----Renato Santos disse que teve oportunidade de debater pessoalmente este documento com o Senhor Presidente da Câmara, uma vez que a Coligação Democrática Unitária não tem representação na Câmara, e verifica que este documento é o documento de quem está a governar um município, que em seu ver é

bastante equilibrado.-----

-----Acrescentou que existem várias obras relacionadas com o Centro Histórico, que explicam a história do concelho, com cultura e que servirão de futuro para proporcionar os nossos visitantes, locais aprazíveis (visitantes que, segundo as estatísticas, cada vez mais procuram mais no Algarve do que sol e praia e dedicam-se ao turismo de interior).-----

-----Joséia Gonçalves referiu que a Câmara não pode ser a única responsável pelo atraso no desenvolvimento económico do concelho, sendo que a mesma tem de ser partilhada pelos privados, que poderão igualmente contribuir para esse desenvolvimento, cabendo apenas à Câmara criar condições para cativar os particulares. -----

-----Usando da palavra o Presidente da Câmara referiu-se novamente ao parque industrial e à forma como o mesmo se poderá desenvolver. -----

-----Norberto Miguel referiu que a Câmara não precisa adquirir os terrenos para a construção do parque, no entanto pode criar condições para se desenvolver um plano de pormenor para um certo número de hectares, reunir os proprietários e propor uma parceria á semelhança do que se passa com municípios vizinhos. -----

-----Passou-se à votação deste ponto da Ordem de Trabalhos tendo o mesmo sido aprovado por maioria com doze votos a favor, sendo estes do Partido Socialista e Coligação Democrática Unitária e quatro abstenções do Partido Social Democrata.---

-----Ivo Tomé apresentou a declaração de voto da bancada do Partido Social Democrata, que a seguir se transcreve: -----

-----“*Numa envolvente macro económica onde a nossa economia se desenvolve, embora a níveis inferiores quando comparada com os nossos parceiros comunitários o que provoca menores investimentos por parte das empresas e menor capacidade económica das famílias, cabe ao Estado e nomeadamente às autarquias tomar medidas para aumentar a atracção dos escassos investimentos privados e a disponibilizar aos seus munícipes acréscimos na qualidade de vida.*-----

-----*Esse desafio que se coloca hoje a todos os municípios só poderá ser cumprido em toda a sua amplitude se a sua estrutura financeira contemplar mais despesas de investimento do que despesas correntes, ou seja, que se gaste a maior parte do*

orçamento em equipamentos duradouros para uso dos munícipes do que se consoma o orçamento na própria estrutura da Câmara.-----

-----Fazendo uma análise ao orçamento pelos diferentes serviços não podemos deixar de confirmar as nossas suspeitas empíricas, pois o desequilíbrio que existe na dotação de recursos humanos entre a Divisão de Planeamento Urbanístico e as restantes faz-se infelizmente notar na celeridade dos serviços prestados aos munícipes por essa divisão.-----

-----Outra das práticas recorrentes neste orçamento é a dotação de verbas avultadas em rubricas não específicas, sendo esta uma forma maquilhada de desorçamentação.-----

-----Tendo em conta a afectação do orçamento pelas diferentes funções, continua a surpreender a minimização que existe na Função Económica, que detém uma dotação orçamental 11 vezes inferior ao financiamento definido para a Função Social, e que obviamente não permite fazer qualquer projecto nas zonas específicas para as actividades económico-industriais, como o Parque Industrial Municipal e a remodelação das infra-estruturas de apoio a essa zona como a estrada de ligação directa à Via do Infante e a S. Brás. Também fica dependente de posterior definição de financiamento a Remodelação do Mercado Municipal.-----

-----Não concordamos com a opção de termos despesas correntes acima das despesas de investimento e com a subsequente inevitabilidade de termos o investimento centralizado numa única obra relevante, no entanto e por termos como princípio a viabilização de obra para fruição pelos munícipes e por acharmos que devemos dar uma hipótese e desafiar a actual gestão autárquica para a partir de hoje pensar em formas de desenvolver as áreas que explanámos anteriormente. Por tudo isto nós os eleitos pelo Partido Social Democrata a esta Assembleia apresentamos o nosso voto de abstenção relativamente ao Orçamento da Receita e Despesas, das Grandes Opções do Plano e Plano Plurianual de Investimentos para o ano financeiro de 2007.”-----

----- Passou-se à análise do sexto ponto da Ordem de Trabalhos: “**APROVAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA FEIRA DAS ANTIGUIDADES E VELHARIAS DA VILA DE S. BRÁS DE ALPORTEL**”-----

-----O Presidente da mesa referiu que este assunto já passou por esta Assembleia, já sofreu as alterações necessárias e encontra-se em fase de aprovação para posterior publicação para poder entrar em vigor.-----

-----Não tendo havido quaisquer intervenções passou-se à votação deste ponto tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

-----Passou-se de seguida ao sétimo ponto da Ordem de Trabalhos: “**NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO MONTE DA RIBEIRA**”. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara referiu que este projecto destina-se essencialmente a um turismo de qualidade para a terceira idade, usufruindo dos bons ares daquela zona, o que faz com que investidores conhecedores dos mesmos apostem naquela zona para implementação destas unidades. -----

-----Acrescentou que esta infraestrutura irá desenvolver-se nos cinquenta hectares previstos no Plano Director Municipal, numa única propriedade, tendo esta publicação de ser necessária, visto estar prevista na lei. -----

-----Referiu que o PROTAL vai entrar em vigor brevemente, pelo que urge aprovar este projecto, caso contrário o mesmo cai por terra e os novos que possam surgir terão de ser concebidos segundo nova legislação, daí o esforço acrescido da empresa projectista no sentido do projecto poder merecer os pareceres favoráveis de todas as entidades intervenientes. -----

-----Acrescentou que este procedimento de consulta aos proprietários é necessário porque se trata de um investimento privado. -----

-----Não tendo havido quaisquer intervenções passou-se à votação deste ponto tendo sido deliberado por unanimidade, e com vista a conceder acesso, em igualdade de condições a todos os proprietários interessados neste processo, autorizar a publicação de anúncio nos lugares públicos do costume, na página da Internet desta autarquia e na imprensa local e regional, no prazo de dez dias para os eventuais contra-interessados se poderem pronunciar junto da Câmara Municipal. ----

-----Passou-se de seguida à análise do oitavo ponto da Ordem de Trabalhos: “**INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA CRIAÇÃO DE UM LAR DE APOIO À TERCEIRA IDADE**”.-----

-----Sobre este assunto o Presidente da mesa leu não só o ofício da Câmara

Municipal que remetia este assunto para análise, como também o requerimento entregue na Câmara Municipal pela empresa requerente – Construções Beira Serra, e a deliberação da Câmara Municipal que recaiu sobre o mesmo.-----

-----Acrescentando o Presidente da Câmara referiu que para haver desafecção de solos por parte da reserva agrícola é necessário que seja declarado interesse público municipal na criação desta infraestrutura. Posteriormente serão pedidos os pareceres às entidades competentes.-----

-----César Augusto disse que apenas é solicitado à Câmara a declaração de interesse público, pelo que acha que é de louvar e apoiar esta iniciativa, embora lamentando o facto de ter de ser um privado a fazê-lo.-----

-----Não tendo havido mais intervenções passou-se à votação deste ponto tendo sido deliberado, por unanimidade declarar de interesse municipal a criação de um lar de terceira idade, acrescentando que o mesmo vem colmatar a falta de unidades congéneres, criando postos de trabalho e fomentando o desenvolvimento do concelho.-----

-----Passou-se ao nono ponto da Ordem de Trabalhos : “**CEDÊNCIA DE DIREITO DE SUPERFÍCIE DE PRÉDIO DESTINADO À CONSTRUÇÃO DE CRECHE**” -----

----- --- Sobre este assunto o Presidente da mesa leu o ofício remetido pela Câmara Municipal que se fazia acompanhar dos documentos comprovativos de que o Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores da Câmara Municipal e Junta de Freguesia de S. Brás de Alportel se encontra registado como Instituição Particular de Solidariedade Social e pretende levar a efeito a construção de uma creche, estando para o efeito a elaborar uma candidatura ao Programa PARES, construção essa que só poderá ser concretizada com o empenho e colaboração da Câmara Municipal.-----

-----Assim o município de S. Brás de Alportel, pretende ceder um prédio sito em Campina, com a área dois mil quatrocentos e cinquenta e quatro, vírgula, vinte quatro metros quadrados, que confronta a Norte com arruamento, a Sul com Nelson Alberto Domingos Dias, Nascente com Caminho e Poente com João José de Sousa Pereira e Luís Jorge Gago Sequeira, inscrito provisoriamente na matriz predial urbana sob o número P nove mil, quinhentos e quarenta e dois e descrito na Conservatória do Registo Predial de S. Brás de Alportel, sob o número doze mil,

oitocentos e sessenta e sete, barra, vinte milhões quinhentos e trinta, a esta associação para aí ter lugar a construção do equipamento – creche para crianças até aos trinta e seis meses. -----

-----Terminada a apresentação deste ponto usou da palavra Ilídio Viegas para perguntar se esta creche se destinará apenas aos sócios do CCD ou é para toda a população. -----

-----César Augusto disse que ficou bastante satisfeito com a construção deste equipamento em S. Brás, que irá colmatar uma lacuna que há muito existe em S. Brás, no entanto não compreende como é que no orçamento participativo da Câmara aparece o valor da creche, quando na realidade é o CCD que vai ser o dono da obra e que vai apresentar uma candidatura que suportará talvez cerca de oitenta por cento da mesma. -----

-----Informou que a lei de financiamento das IPSS está a ser revista para entrar em vigor brevemente, pelo que se coloca a questão de saber quem vai explorar a creche. -----

-----O Presidente da Câmara esclareceu que na apresentação que fez do projecto do CCD, existe uma verba de seiscentos mil euros, repartidos em partes iguais pelos anos de dois mil e oito e dois mil e nove, no entanto, no Orçamento de dois mil e sete o que na realidade consta é uma rubrica aberta com o valor de mil euros para que, assim que a candidatura for aprovada, possa ser transferida verba. -----

-----Acrescentou que a construção da creche só será uma realidade se for aprovada a candidatura ao programa PARES (cujo financiamento é de sessenta e cinco por cento), programa esse a que só se podem candidatar IPSS e no caso de S. Brás apenas o CCD se mostrou com vontade e empenho em levar este projecto por diante. -----

-----Terminando disse que se a Câmara não se pode candidatar a um projecto desta natureza, existindo alguém com vontade de fazê-lo, e existindo uma grave lacuna quanto ao número de vagas em instituições, para crianças deste idade, julga que o mais correcto e sensato é dar o apoio necessário. -----

-----Ivo Tomé quis saber como se resolve o problema em questão de orçamento, caso o CCD não obtenha o financiamento e ainda como será gerida a entrada das crianças naquela instituição, se é restrita aos sócios do CCD ou se é aberta a toda a

população.-----

-----O Presidente da Câmara esclareceu novamente que no orçamento apenas consta uma rubrica de mil euros para a transferência de verbas para a construção da creche e que a mesma só se concretizará se existir aprovação da candidatura (informou ainda que já foram inscritas em orçamento verbas idênticas para o Museu do Trajo e para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de S. Brás de Alportel para garantir o financiamento, e também estas não eram obras da Câmara, apenas tiveram apoio da mesma).-----

-----Em relação à ocupação das salas referiu que os benefícios são iguais para todos os sambrasenses, porque caso contrário, ou seja, se fosse apenas para os sócios do CCD não se justificaria esta obra porque os funcionários da Câmara e da Junta de Freguesia não têm sessenta crianças com idades compreendidas entre os três e os trinta e seis meses.-----

-----Não havendo mais intervenções passou-se à votação deste ponto da ordem de trabalhos tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

-----Passou-se ao décimo ponto da Ordem de Trabalhos : “**APROVAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA**”-----

-----Sobre este assunto o Presidente da mesa leu o parecer favorável do Conselho Municipal de Educação, bem como a deliberação da Câmara Municipal sobre este assunto.-----

-----Não tendo havido quaisquer intervenções passou-se à votação deste ponto tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

-----No último ponto da Ordem de Trabalhos: “**OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO**” usou da palavra Tomás Nunes para, em nome do Partido Social Democrata desejar aos presentes em particular e aos são-brasenses em geral votos de um Feliz Natal e um ano de dois mil e sete cheio de sucessos.-----

-----O Presidente da mesa agradeceu e retribuiu os votos de boas festas.-----

-----Não tendo havido quaisquer intervenções o Presidente da mesa deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta pelo seu conteúdo ter ficado gravado em cassete, acta essa que vai ser assinada pela mesa e por mim _____primeiro secretário que a subscrevi.-----